



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS
Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

1 **ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

3
4 **DATA:** 13 de julho de 2017.

5 **HORÁRIO:** 9h

6 **LOCAL:** Auditório Shirley Palmeira do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul -
7 Imasul, situado à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Quadra 03 Setor 03 – Parque dos
8 Poderes, Campo Grande/MS.

9
10 **ABERTURA**

11 Após verificado o quórum, o Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento
12 Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) e Presidente do CERH/MS Jaime Elias
13 Verruck, fez o pronunciamento de abertura dando as boas vindas, agradecendo a presença de todos
14 e declarando aberta a 36ª Reunião Ordinária do CERH/MS.

15
16 **ORDEM DO DIA**

17
18
19 **PAUTA:**

- 20 1. Resolução CERH nº 044 - Estabelece critérios de Outorga de Direito de Uso de Recursos
21 Hídricos para o Setor de Saneamento;
22 2. Resolução CERH nº 045 – Aprova metas do Procomitês para os CBHs Santana Aporé e
23 Ivinhema;
24 3. Aprovação Moção da CTAS sobre o estudo hidrogeológico de Campo Grande.
25 4. Apresentação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraguai
26 5. Apresentar estudos hidrológicos de capacidade de vazão, classificação de águas superficiais e
27 subterrâneas;
28 6. Renovação dos membros do CERH.
29 7. Informes.

30
31 **ENCAMINHAMENTOS:**

- 32 1. **Aprovação da Ata da 35ª reunião Ordinária de 23 de fevereiro de 2017;** a ata foi
33 aprovada sem o voto do Ministério Público Estadual, conforme orientação do CNMP relativo
34 à atuação dos membros neste Conselho.
35 2. **Resolução CERH nº 044 - Estabelece critérios de Outorga de Direito de Uso de**
36 **Recursos Hídricos para o Setor de Saneamento;** Leonardo inicia sua apresentação dizendo
37 que os empreendimentos instalados ou em processo de instalação até a data de hoje podem
38 usar 100% da Q95 alterando o uso individual, vale ressaltar que não foi alterado o limite de
39 quantidade e qualidade de água que poderia ser usado pelo setor de saneamento ou por
40 qualquer outra indústria. Nos parágrafos do artigo terceiro diz que aquele empreendimento
41 que precisar usar mais que cinquenta por cento, terá que chegar a eficiência mínima de
42 remoção de DBO. E se a empresa precisar de se adequar para chegar aos 90 %, ele terá um
43 prazo máximo de dez anos para fazer esta adequação. No artigo 4º ela reforça dizendo que
44 esta resolução é para aqueles empreendimentos que estão instaladas ou em processo de
45 instalação, ou seja, os empreendimentos novos precisam se manter na vazão da Q₉₅ para
46 lançamento. Leonardo coloca para discussão da plenária, explicando que chegou para o
47 Imasul através de uma solicitação da Sanesul, sendo assim o Imasul encaminhou para a
48 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão que realizou o estudo, neste momento passa a



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,

CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142

E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

49 palavra para a coordenadora da Câmara, Sueli Teixeira. A coordenadora se apresentou e
50 cumprimentou a todos dizendo: “Esta resolução foi discutida amplamente no âmbito da
51 Câmara Técnica e chegamos a conclusão de que não estávamos estabelecendo um critério
52 único para todas as ETES, então o significado desta Resolução é que cada ETE, vai ter um
53 tratamento individualizado, e neste critério a equipe técnica do Imasul é quem irá definir a
54 aprovação e a condição de funcionamento de cada uma delas, porque cada uma separada não
55 atenderia a legislação, determinado corpo d’água não tem capacidade de diluição, essa foi a
56 forma encontrada para resolver a questão, algumas delas já estão operando em fase de
57 renovação de licença de operação, então não tem como paralisar estas ETES e depois
58 construir em outro lugar, chegamos a conclusão de que o melhor é individualizar o
59 tratamento.” O presidente autoriza a palavra aos conselheiros para manifestação. O
60 representante da OAB/MS justifica a sua ausência nas reuniões da Câmara, por conta de
61 outros compromissos do seu trabalho, mas se recorda que houve situação semelhante neste
62 Conselho que foi a adequação do enquadramento da classe do rio Anhanduí para atendimento
63 ao lançamento da Águas Guariroba, e sugere que seja apresentado pelo empreendedor um
64 cronograma, porque o prejuízo é maior no caso de desativação de uma Estação de
65 Tratamento, vê que é bom constar na Resolução que o empreendedor deve apresentar um
66 cronograma de obras, pois ele tende a melhorar de forma muito eficiente, porque a empresa
67 tem o lucro e o custo está ficando para o ambiente, que depois terá que fazer a recuperação,
68 então tem que ser bem discutido para que não seja aprovado algo que mais a frente o próprio
69 Estado terá que investir em recuperação. Com a palavra Leonardo diz que esta resolução
70 ambientalmente falando de qualidade de recursos hídricos, é bem melhor que a do
71 enquadramento, ou seja, esta resolução não desenquadra o rio, mantendo a sua classe, esta
72 resolução já tinha um critério que era o de uso de 100 % da vazão de referência com dois
73 usuários, e agora é permitido somente um usuário desde que ele não atrapalhe o usuário já
74 instalado. Não mudamos as características, os critérios de uso do corpo hídrico, apenas altera
75 o número de pessoas para uso de duas para uma. Os critérios de uso dos recursos hídricos
76 continuam os mesmos. Esta resolução atende tanto ao setor de saneamento em alguns casos e
77 não desenquadra o rio, uma coisa que talvez seja utilizado como um último recurso. O
78 presidente coloca a resolução para discussão e aprovação, ficando aprovado com quatorze
79 votos a favor. Dando seguimento ao próximo item da pauta:

80 3. Resolução CERH nº 045 – Aprova metas do Procomitês para os CBHs Santana Aporé e

81 **Ivinhema;** Leonardo inicia sua apresetnação dizendo: Esta resolução aprova as metas
82 Estaduais estabelecidas quanto ao programa Nacional de Fortalecimento do PROCOMITÊS.
83 Num primeiro momento iríamos colocar para aprovação os Comitês da Bacias do Rio
84 Ivinhema e Rios Santana e Aporé e o Comitê do Rio Miranda não tinha aprovado as metas,
85 só que eles aprovaram as metas no dia 06 de julho, então será colocada para a aprovação
86 deste Conselho, uma vez que os Comitês já pactuaram as metas que deverão ser cumpridas
87 com a Agência Nacional de Águas. É uma resolução em que no seu artigo segundo cabe a
88 este Conselho acompanhar o cumprimento das metas. Explicando brevemente sobre o que é o
89 PROCOMITÊ, é um programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias
90 Hidrográficas Estaduais da Agência Nacional de Águas, que diretamente com os Comitês de
91 Bacias, tendo o acompanhamento do órgão gestor, Imasul, com duração de cinco anos, com
92 metas a ser cumpridas neste período. Tem o aporte financeiro pela Agência Nacional de
93 Águas condicionadas às Metas, a aplicação dos recursos é exclusiva para as Bacias
94 Hidrográficas, possui níveis diferentes de acordo com os níveis de cada Comitê, além dos
95 recursos financeiros, também tem capacitação orientada pela ANA (Agência Nacional de
96 Águas), que é o “Desenvolve RH” que trará também capacitação para os Comitês de Bacias.
97 Contém seis componentes que fazem parte das Metas, o primeiro é o funcionamento dos
98 Comitês de Bacias, como eles funcionam e como deve funcionar segundo as metas, outra é a
99 capacitação, o de comunicação, o de cadastro, temos o cadastro nacional de gerenciamento
100 de recursos hídricos onde o Comitê terá que fazer a sua atualização, a meta de



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

101 Implementação dos Instrumentos de Gestão, que precisam ser implementados pelos Comitês,
102 e a meta do acompanhamento que deverá ser apresentada ao Conselho anualmente para
103 aprovação. Leonardo faz a apresentação das metas pactuadas pelos Comitês de Bacias em
104 reuniões realizadas pelos mesmos, (em anexo). Para a meta da aprovação do plano de
105 recursos hídricos apenas o CBH Santana Aporé precisa cumprir, pois os demais estão com
106 seus planos aprovados. Quanto à meta de elaboração de estudo para a implementação da
107 cobrança, o cbh Santana Aporé ficou de entregar no quarto ano e o do Miranda no quinto
108 ano. Para a aprovação da cobrança, o cbh Ivinhema e Miranda não se comprometeram em
109 metas para realizar cobrança neste período de cinco anos, já o cbh Santana Aporé tem a
110 obrigatoriedade de cumprir esta meta, porque ficou acordado que no quinto ano ele estará
111 com a cobrança instituída. Revisão do plano de recursos hídricos – durante os cinco anos do
112 procomitês o cbh Miranda ainda estará com seu plano vigente, sem necessidade de
113 renovação, o único que será necessária renovação é o do cbh Ivinhema no quinto ano e a
114 revisão de proposta de enquadramento e o plano de efetivação de enquadramento não foram
115 pactuadas pelos Comitês. Houve a preocupação do Sr. Eduardo F. Coelho em aprovar a meta
116 da cobrança por parte do cbh Santana Aporé, por conta de ser um cbh novo e estar sujeito a
117 não cumprir a meta. Foi explicado pelo Leonardo (Imasul) que ele tem um dever em cumprir
118 esta meta por estar numa Bacia Hidrográfica compartilhada (Bacia Hidrográfica do rio
119 Paranaíba), e se por ventura não cumprir a meta apenas não receberá o valor integral. O
120 presidente coloca para aprovação da plenária as metas instituídas pelos comitês para o
121 programa procomitês. A resolução foi aprovada pela maioria.
122

123 **4. Aprovação Moção da CTAS sobre o estudo hidrogeológico de Campo Grande/MS.**

124 Devido ao conflito existente quanto a água subterrânea no município de Campo Grande com
125 a concessionária de Campo Grande junto aos usuários de água, gerou um Simpósio Sul
126 Mato-grossense de Águas Subterrâneas em 2014. E a partir de então dentre as ações, ficou
127 acertado que fosse realizado o estudo hidrogeológico de Campo Grande. De acordo com os
128 estudos da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas foi verificado seguindo a lei de águas
129 subterrâneas do Estado que o Imasul tem a competência para solicitar esse estudo junto a um
130 grande usuário de Água, onde foi gerada a Moção pela Câmara Técnica de Águas
131 Subterrâneas recomendando a Águas Guariroba que realize o estudo até mesmo pelo conflito
132 instalado em Campo Grande. Esta moção já passou por este Conselho na reunião anterior,
133 porém não foi aprovada pelo motivo de que a Águas Guariroba justificou que teria
134 encaminhado um ofício em resposta à moção citada, retornando a Câmara técnica para
135 análise da resposta e análise quanto à continuidade do procedimento de encaminhamento. De
136 posse do parecer do Imasul e justificativa via ofício da Águas, foi decido novo
137 encaminhamento ao Conselho de Recursos Hídricos para ser aprovada. O presidente coloca a
138 moção para aprovação da plenária. Com a palavra o Sr. Arlindo (OAB) relata ainda o
139 histórico a que se deveu esta moção dizendo: A Águas Guariroba com base num decreto
140 municipal com aval do Ministério Público fez tamponamento de poços em Campo Grande
141 sem anuência do Governo do Estado através do Imasul que é o competente para fazê-lo, isso
142 gerou uma audiência pública na câmara municipal, o Conselho Municipal de Meio Ambiente
143 do município emitiu parecer contrário ao decreto, relatado pela OAB, após o Simpósio houve
144 a necessidade de se realizar o segundo, o decreto ficou suspenso pelo prefeito Bernal e
145 reativado pelo Olarte. Houve uma discussão judicial e o Tribunal de Justiça entendeu que
146 realmente a competência é do Estado para outorga e gestão de águas subterrâneas.
147 Corroborando que temos o parecer do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o da
148 Comissão de Meio Ambiente da OAB, o do Conselho Estadual da OAB que referenda a
149 gestão de recursos hídricos de águas subterrâneas ser de competência do Estado, e o Tribunal
150 de Justiça de Mato Grosso do Sul referendando o que está na constituição e em razão de toda
151 essa amplitude de discussões, aconteceu o Simpósio que alertou para a necessidade do
152 estudo. Na Câmara Técnica verificou-se que a Águas Guariroba é o maior usuário de água



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

153 subterrânea no município de Campo Grande e nesse período de tamponamento de grandes
154 usuários houve um aporte financeiro significativo também para a empresa, em razão desses
155 tamponamentos e cobranças diretas, então diante do exposto, a moção merece ser aprovada.
156 O conselheiro João Alberto representante da Águas Guariroba ressalta que o a Águas
157 Guariroba não é contrário ao estudo, o questionamento é porque a Águas é considerado o
158 único grande consumidor, pois acredita que na cidade há outros grandes consumidores que
159 poderiam contribuir para a realização do estudo. Com a palavra a conselheira Daniele
160 (Famasul) fala que dentro dos padrões comparativos de acordo com os cadastros de usuários
161 de recursos hídricos a Águas Guariroba é o maior usuário de águas subterrâneas. Propõe que
162 ao ser realizado o estudo pelas Águas, o Imasul possa isentá-la das cobranças para futuras
163 outorgas, pois os outros setores usuários de recursos hídricos também serão beneficiados com
164 o estudo hidrogeológico. Com a palavra a Sra. Angélica (Imasul) ressalta a necessidade de
165 ser realizado o estudo hidrogeológico, porém esta moção se deu por conta da pressão que
166 concessionária faz em relação às Outorgas, ao direito do Estado em outorgar e ao direito de
167 uso. Angélica diz: “Conhecemos a nossa disponibilidade e fazemos a outorga de águas
168 subterrâneas com responsabilidade, porque temos o conhecimento e temos a disponibilidade
169 dos nossos aquíferos”. Questiona o porque dizer que todos os poços de Campo Grande tem
170 de ser tamponados, essa é uma atitude de agir sem o conhecimento. A Água é para todos e é
171 um direito de se usar, então não tem como assumir atitudes radicais. E como a concessionária
172 exige que seja tomada atitudes, é necessário estudos mais específicos. O presidente coloca a
173 moção para aprovação, ficando aprovada pela maioria dos membros.

- 174
175 5. **Renovação dos membros do CERH.** Leonardo apresenta dois caminhos para a renovação,
176 sendo uma a de recondução das instituições, já que o regimento do Conselho alterou seu
177 mandato para três anos. E outro o da eleição. Foi solicitado pelo Sr. Eduardo (IASB) que
178 seja verificado a presença das Instituições para a sua possível recondução. O presidente
179 encaminha para aprovação dos membros, ficando aprovada a forma de recondução das
180 Instituições pelo mandato de três anos com apenas um voto contrário.

181
182
183 6. **Apresentação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraguai**

184 O Sr. Luis Henrique Noqueli, do estado de Mato Grosso, coordenador do Grupo de
185 Acompanhamento do Plano do Paraguai realiza apresentação dizendo que o Plano se dará em
186 duas etapas; uma pelo GAP e outra pela empresa contratada para a sua elaboração. A
187 apresentação visa informar a situação atual do Plano. O objetivo do Plano é fortalecer a
188 gestão dos recursos hídricos na região, está sendo trabalhada a região que engloba os Estados
189 de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apenas a região nacional, e a Agência Nacional de
190 Águas é parceira neste trabalho. O período de desenvolvimento do Plano é de 2015 a 2018.
191 Acontecerão três reuniões públicas no Mato Grosso e três no Mato Grosso do Sul no ano de
192 2017. A empresa Engecorps contratada pela ANA apresentará a parte do diagnóstico e
193 prognóstico. Com a palavra Raquel inicia sua apresentação dizendo que a Bacia do Paraná
194 abrange diversos países e parte dela é a Bacia do Alto Paraguai e a RH PARAGUAI objeto
195 do Plano. Os biomas neste espaço territorial são Amazônia, o cerrado e o bioma Pantanal na
196 planície pantaneira. Em termos de gestão de recursos hídricos a RH Paraguai contempla treze
197 Unidades de Planejamento, sendo sete no MT e seis no MS. Nessas UPG's existem cinco
198 CBH's instaladas, sendo quatro no MT (Cabação, Centotuba, margem esquerda do rio
199 Cuiabá e no São Lourenço e no MS o CBH Miranda), todos os cálculos para o diagnóstico e
200 prognóstico são realizados em nível de micro bacias. Destaca-se o aquífero Pantanal pela sua
201 abrangência espacial e também a do Aquífero Guarani, destaca-se por transpassar as
202 fronteiras da RH e do próprio país. Na RH Paraguai contempla setenta e oito municípios,
203 Campo Grande/MS com uma pequena parte inserida e Cuiabá que está totalmente inserida na
204 RH. Dois usos não consultivos importantes são a geração de energia e a outra é a navegação



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

205 hidrovia Paraguai, recentemente publicado pelo DNIT parte dos estudos técnico econômico e
206 ambiental da hidrovia. Em termos de Unidades de Conservação apresentamos o mapa de uso
207 e ocupação do solo, indicadores remanescentes de vegetação nativa e sobrepõe os temas de
208 unidades de conservação de uso sustentável quanto ao de proteção integral com uma pequena
209 concentração na área de planície. Em termos de terras indígenas existem algumas no
210 território, destaca-se a do Nabileque, e em paralelo apresentamos a APCB's – áreas
211 prioritárias para a conservação da biodiversidade definidas pelo Ministério do Meio
212 Ambiente que considerou como prioritária toda a bacia para a conservação da biodiversidade.
213 Estes foram os temas tratados no diagnóstico. Todos os relatórios emitidos estão disponíveis
214 no site da ANA. Com a palavra o Sr. Noqueli que fala a respeito do plano que começou com
215 uma caracterização temática da Região Hidrográfica do Paraguai. Houve um levantamento da
216 disponibilidade hídrica de quantidade e qualidade e também a elaboração do balanço hídrico.
217 As agendas temáticas dentro do trabalho são divididas em: agenda laranja que trata da
218 agropecuária, agenda verde da conservação ambiental, agenda marrom a de saneamento
219 básico, agenda cinza para indústria, transporte e energia, a lilás – pesca e turismo e a agenda
220 azul – recursos hídricos. Atualizando o diagnóstico, o município de Corumbá e Ladário, na
221 Morraria do Urucum, importante minério industrial de ferro e manganês. A extração e
222 beneficiamento de minério demandam altas quantidades de águas e afetam a sua dinâmica e
223 do ponto de vista quantitativo elevado déficit hídrico gerando diversos conflitos pelo uso dos
224 recursos hídricos. A atividade também provoca alterações na qualidade da água. A produção
225 de ferro gusa impacta os corpos hídricos em função do desmatamento resultante da demanda
226 por carvão na atividade siderúrgica. A relação entre a mineração e a exploração comercial da
227 Hidrovia do Paraguai, utilizada para escoamento da produção, sobretudo no trecho a partir de
228 Corumbá, então a hidrovia responde por cerca de vinte por cento das cargas transportadas em
229 vias interiores no Brasil. O trabalho mostrou a sua importância, então há previsão de
230 exploração comercial no trecho entre Cáceres e Corumbá. Destaca-se que a hidrovia é
231 somente da região do Paraguai. O Turismo e pesca também importantes atividades
232 socioeconômicas realizada na RH – Paraguai. A pesca é uma atividade bem relevante tanto
233 para as áreas de planície quanto para áreas de planalto. Ao que diz respeito ao turismo, a base
234 de diversas economias locais especialmente no Pantanal. A sustentabilidade da pesca e do
235 turismo frente à expansão da geração de energia hidrelétrica é outro tema relevante na RH-
236 Paraguai. Está sendo desenvolvido Estudos de Avaliação dos Efeitos da Implantação de
237 Empreendimentos Hidrelétricos na RH Paraguai, conduzido pela ANA em parceria com a
238 Fundação Eliseu Alves, já antecipando umas das principais ações que deverá integrar o PRH-
239 Paraguai. Quanto ao saneamento básico, grande parte dos municípios com sede urbana
240 inserida na RH- Paraguai possui sistemas de saneamento básico deficientes, merecem
241 destaques os baixos índices de coletas e tratamento na região metropolitana de Várzea
242 Grande e Cuiabá, também são consideradas áreas críticas as nascentes do Paraguai e a bacia
243 do rio São Lourenço. Os planos municipais já estão em desenvolvimento e ações recentes
244 vêm acontecendo, a exemplo do Pacto das Cabeceiras do Pantanal. Outro ponto é a expansão
245 do setor agropecuário exerce pressões significativas sobre os recursos hídricos. A bacia do
246 rio Taquari e as nascentes do Paraguai sofrem com o impacto direto de assoreamento e
247 conseqüentes inundações, alto consumo de fertilizantes e agrotóxicos. Constitui uma das
248 principais preocupações da sociedade afetando a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos
249 do Pantanal, além de representarem risco à saúde humana. Pressões exercidas pelo avanço da
250 agricultura na planície pantaneira evidenciam a necessidade uma integração entre a
251 conservação ambiental e a gestão dos recursos hídricos. No aspecto legal a RH-PARAGUAI
252 não conta com um Comitê para assegurar a gestão integrada de seus recursos hídricos, é
253 clara a necessidade de fortalecimento político-institucional porém para isso pensa-se numa
254 região hidrográfica como uma unidade de planejamento para os estados de Mato Grosso e
255 Mato Grosso do Sul. O Prognóstico contempla a estruturação de um Cenário Tendencial, a
256 curto, médio e longo prazo ao longo de 15 anos, sendo 2021, 2026 e 2031. Cenário



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

257 Tendencial: o futuro é espelhado pelo passado. Cenário Acelerado: as tendências passadas
258 são rompidas por forte crescimento socioeconômico Cenário Moderado: as tendências
259 passadas são também rompidas, porém pela continuidade de um crescimento socioeconômico
260 moderado. O prognóstico da região hidrográfica do Paraguai foi apresentado na reunião do
261 GAP em 25/05 e o consolidado será apresentado na reunião do GAP dia 11/08 em Campo
262 Grande-MS. Na última reunião do GAP que aconteceu em 25/08/2017, foram apresentadas as
263 diretrizes para construção do plano de ações; e o plano de comunicação e planejamento
264 estratégico de divulgação para o PRH Paraguai. Na Resolução CNRH Nº 145/2012 que
265 estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias
266 Hidrográficas contempla o Plano de Comunicação, o Plano de Trabalho. Nos planos de ações
267 explica o que tem que conter, e justamente será os planos de ações que será o próximo item
268 da região. Para o plano de comunicação também foi contratada pela Agência Nacional de
269 Águas a empresa “PARTNERS” que trabalhará junto com o grupo, os conselhos estaduais e
270 os comitês de bacias dos dois estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então acontecerão
271 reuniões públicas pra informar como estão os trabalhos e também colher informações. Estão
272 sendo mapeados todos os atores que querem contribuir para que este seja de fato um plano
273 representativo, com a visão dos setores: governamental, usuários de água e sociedade civil.
274 Foi definido um cronograma das reuniões públicas que acontecerão aqui, a reunião prevista
275 para acontecer dia 06/07 está acontecendo hoje para o Conselho, as reuniões públicas
276 acontecerão nos dia 31/07 em Corumbá, 02/08 em Bonito e 04/08 em Coxim e no dia 10/8
277 esta apresentação também acontecerá para o Conselho de Recursos Hídricos de MT e
278 também três encontros públicos em três cidades da região da Bacia, 28/08 em Cáceres, 30/08
279 Rondonópolis e 01/09 em Cuiabá/MT. Este está sendo um trabalho que está sendo
280 desenvolvido por este grupo, composto pelo poder público, usuários e sociedade civil e está
281 sendo efetivamente bom, as pessoas estão participando e tendo o comprometimento neste
282 trabalho para que seja apresentado um produto de qualidade e que este plano seja um norte
283 para gestão dos recursos hídricos dos dois Estados. Noqueli agradece e encerra a sua
284 apresentação. Na seqüência o Sr. Eduardo solicita que seja contemplado no Plano o setor do
285 Turismo, principalmente na região de Bonito, uma vez que observa pouca quantidade de
286 água na região, com o agravante do setor agropecuário. O Sr. Leonardo ressalta que as
287 oficinas que acontecerão conforme cronogramas apresentados servirão para colher estas e
288 outras informações pertinentes. O Presidente do Conselho Jaime, parabeniza o trabalho
289 desenvolvido pelo grupo, coloca o Imasul a disposição, apóia e incentiva a participação das
290 Instituições. Pede licença para se ausentar em função de outro compromisso designando
291 Leonardo (Imasul) para dar seqüência à condução da reunião. Com a apalavra o Sr. Ângelo
292 se apresenta como componente da equipe da PARTINERS que auxiliará na parte da
293 mobilização, diz que já estavam decididas duas modalidade de reuniões, tanto no MT como o
294 MS, além das reuniões nos Conselhos Estaduais, fala que a metodologia a ser utilizada será a
295 mais participativa possível dentro de uma reunião pública. Considera que é nas oficinas o
296 momento mais importante de receber mais contribuições dentro deste processo de
297 mobilização. Ressalta que serão convidados em torno de cinqüenta representantes de cada
298 município que serão divididos paritariamente entre o poder público, sociedade civil e
299 usuários de recursos hídricos. A metodologia a ser aplicada poderá ser nos moldes do muro
300 das lamentações etc... Solicita aos setores que se organizem para enviar os nomes dos atores
301 para participação nestas oficinas. Leonardo faz uso da palavra dizendo que tem mais uma
302 apresentação na pauta da reunião porém, sugere que esta seja transferida para a pauta da
303 próxima reunião, devido a evasão do quorum desta reunião, e também pelo fato de que quem
304 solicitou a apresentação que trata da disponibilidade hídrica que é Ministério Público não se
305 encontra presente no momento, colocado para aprovação, ficando aprovado por unanimidade.
306

307 **Encerramento:**



SEMAGRO



Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Rua Desembargador Leão do Carmo, quadra 3 setor 3 – Parque dos Poderes, Campo Grande-MS,
CEP 79.031-902, Fones: (67) 3318-6046/6142
E-mail: cerh@imasul.ms.gov.br

308 Não havendo outros assuntos a tratar Leonardo agradece a presença de todos, declara encerrada a
309 36ª Reunião Ordinária do CERH/MS lavrando a presente ata que após aprovada vai assinada pelo
310 secretário executivo e pelo Presidente. Os demais membros assinam em lista própria de registro de
311 presença.

312
313

314 Campo Grande-MS, 13 de Julho de 2017.

315
316

317

318 **JAIME ELIAS VERRUCK**

319 Presidente do CERH/MS

320 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

321

322

323

324 **LEONARDO SAMPAIO COSTA**

325 Secretário Executivo do CERH/MS

326 Gerente de Recursos Hídricos do Imasul

327